

Construindo a História Ambiental da América Latina*

Enrique Leff^d

1. O Nascimento da História Ambiental na América Latina

O ambiente irrompeu no discurso político e científico de nosso tempo como um conceito que vem resignificar as concepções de mundo, de desenvolvimento, da relação da sociedade com a natureza, de tempo e da sustentabilidade da vida. O *ambiente* emerge como um pensamento holístico que busca reintegrar as partes de uma realidade complexa; é o campo de saber que viria completar as visões parciais e o desconhecimento da natureza por parte dos paradigmas científicos da modernidade. Desta maneira, uma série de disciplinas científicas, de práticas profissionais e de ações sociais vem se “ambientalizando”. Dentre elas, uma das mais atrasadas entre as ciências sociais é a história. Não somente por ter esquecido dos condicionantes naturais dos fatos históricos e colocado de lado a destruição da natureza gerada pela sua visão da supremacia do homem e das “ações humanas”, mas também por ter se subtraído do seu objetivo de indagar o tempo. Hoje esta responsabilidade da história é inelutável e nos leva a perguntar:

Qual história é ambiental? É a história do ambiente ou uma nova maneira de olhar a história? Nestes questionamentos, o termo que deveria ser definido para se chegar às respostas das questões não é o de história, alusivo a toda apreensão entre o devir das estruturas ontológicas do real e o acontecer de resultados gerados pelas ações humanas — por desejos e interesses; por estratégias de poder ou por lutas de classes —, por todas estas causas e motores da história. É a *complexidade ambiental* o que redefine o campo da história. É a história do conceito de ambiente — uma história epistemológica — que haverá de responder à pergunta sobre a história ambiental.

* Conferência proferida no 51º Congresso Internacional de Americanistas, Simpósio de História Ambiental Americana, (Santiago, Chile, 14 de julho de 2003), elaborada a partir de conferência apresentada no Simpósio Internacional de História Ambiental, realizado no Instituto de Ecologia de Xalapa (México, 22-23 de fevereiro de 2001). Tradução e revisão técnica: Ely Bergo de Carvalho.

¹ Doutor em Economia do Desenvolvimento, trabalha com epistemologia, economia política e educação ambiental. Coordenador da Rede de Formação Ambiental para a América Latina e Caribe, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

O ambiente não poderá, então, ser confundido com “a ecologia”, sem o perigo de reduzir a história ambiental a uma história natural. Em contrapartida, a história ambiental também não poderia seguir o sentido de um determinismo econômico, no qual as relações sociais de produção ou a luta de classes seguem operando as transformações da vida material e espiritual dos povos e nações, ignorando as condições impostas pela natureza e pela cultura a organização e a mudança social. A história ambiental abre uma nova indagação sobre o tempo, sobre as temporalidades que definem os processos ecológicos e as identidades culturais que se integram com os processos econômicos e tecnológicos que marcam o curso da história moderna. A história ambiental será o encontro de racionalidades diferenciadas para cuja abordagem a definição genérica de ambiente como o campo das relações sociedade-natureza abre a porta dos estudos de suas complexas interações.

A história ecológica vem se definindo como um campo de estudos dos impactos de diferentes modos de produção e formações sociais sobre as transformações da sua base natural, incluindo a super-exploração dos recursos naturais e a degradação ambiental. Estes estudos abordam a análise de padrões de uso dos recursos e de formas de apropriação da natureza, avançando para um estudo mais integrado das inter-relações entre as formações econômicas, políticas e culturais que induzem certos padrões de uso dos recursos e as bases ecossistêmicas que estabelecem as condições de sustentabilidade de um território determinado.

Na busca de uma análise mais integral da história, Luis Vitaleⁱ esboçou a “periodização” da história do ambiente na América Latina, como “o processo histórico dos ecossistemas latino-americanos”, transitando desde o meio natural pré-hominídeo e as culturas aborígenes até à sociedade industrial e urbana, para chegar a atual crise ambiental. Esta abordagem abriu a via para superar a visão evolucionista da transformação da natureza assim como a visão economicista da história (a periodização de modos de produção), ao fazer intervir as condições do meio nos processos de produção e apropriação da natureza. Todavia, não obstante seu afã de estabelecer um enfoque totalizante das relações sociedade-natureza — de uma ciência ambiental “unitária” — a abordagem desta história ambiental se orienta para os impactos das formas de organização social sobre a natureza através de diferentes etapas da história, sem levar a pensar as distintas racionalidades que conduzem estes processos sócio-ambientais.

A história ecológica da América Latina tem entre seus precursores os estudos de Palerm e Wolfⁱⁱ sobre a agricultura das civilizações meso-americanas, de Murraⁱⁱⁱ sobre as estratégias de apropriação múltipla da natureza na região andina e de Sonoja e Vargas^{iv} sobre os modelos de exploração e uso dos recursos na Venezuela. A estes se somam os estudos de Gligo e Morello^v, que detalham as complexas práticas de uso dos recursos das diferentes civilizações e culturas da região, de acordo com a oferta ecológica de seus territórios, assim

como estudos que relacionam formas sociais de exploração, como a escravidão no Brasil, com a destruição do ambiente^{vi}. Todos eles abordam a relação dos modos de produção e estruturas sociais com o entorno ecológico, avançando em uma fertilização do campo, ainda incipiente e disperso, da “história ambiental” na América Latina.^{vii}

Porém, se a história ambiental se propusesse a realizar a história documental das formas de intervenção destrutivas da natureza desde a expansão do capitalismo mercantil até nossos dias, talvez o primeiro historiador ambiental das Américas fosse Bernal Díaz de Castillo com suas crônicas sobre a conquista da Nova Espanha. Vários autores em nossos dias produziram narrativas atualizadas sobre o saldo deixado pelo colonialismo e imperialismo ecológico^{viii} ao longo da história, assim como seus impactos na transformação da natureza e na devastação dos recursos de diversos territórios, tanto na América Latina^{ix} como em outros continentes.^x Com esta tônica se produziu um amplo repertório de crônicas e documentos sobre as formas de intervenção no meio e a degradação do ambiente em diferentes momentos na história e no espaço geográfico. As narrativas sobre a destruição ecológica e sobre o desaparecimento das etnias — dos homens da floresta, dos homens das águas^{xi} — constituem um acervo importante de estudos sobre o impacto do desenvolvimento, do progresso e da modernidade sobre as culturas e sobre a natureza.

Na concepção que dominou esta “história ecológica”, o ambiente permanece, ainda, encapsulado em uma idéia de “impactos sobre a natureza” (mesmo que este passe a ser condicionante dos processos econômicos e não só receptora dos impactos ecológicos). Nesta visão, não se consegue conceber a complexidade ambiental como um processo enraizado em formas de racionalidade e de identidade cultural que, como princípios de organização social, definem as relações de toda sociedade com a natureza; a história ambiental se limitaria a estudar as formas como diversos modos de produção, formações sociais e estruturas de classe se apropriam, transformam e destroem os recursos do seu entorno. Todavia, a história ambiental remete à emergência da *complexidade ambiental* que problematiza as relações entre ecologia e economia a partir do campo do poder e da cultura.

Outro gênero de estudos, mais próprio da antropologia ecológica, se transpôs ao terreno da história. Esses estudos se referem às formas como uma organização cultural ou um estilo étnico condicionam a conservação, aproveitamento sustentável ou exploração do seu meio, e incluem estudos sobre a co-evolução da natureza e da cultura em diversos espaços geográficos. Este campo é particularmente rico em estudos sobre as estratégias de apropriação da natureza de diferentes grupos indígenas, assim como sobre a destruição ecológica e cultural de diversas etnias^{xii}. No campo das etnociências, a etnobotânica tem gerado estudos das visões sobre o ambiente e das práticas de

uso da natureza de diversas etnias diferentes^{xiii}, conformando um campo de histórias ambientais regionais e culturais.

Todos estes estudos das relações sociedade-natureza se referem a uma história ambiental, entretanto abordam fenômenos complexos que ocorrem em um tempo que não é exclusivamente natural e sim humano. Todavia, a história ambiental não é somente uma história das relações das espécies com seu meio, das culturas com seu entorno, dos problemas das contaminações geradas pela sociedade industrial. A história ambiental deve superar as abordagens da ecologia humana. Para isto, a história ambiental deverá transcender os paradigmas trans-disciplinares que colonizaram o campo das relações sociedade-natureza — a geografia, a ecologia — para abordar as inter-relações da complexidade ambiental, interrogando o tempo humano desde diferentes racionalidades culturais. Isto levaria a história ambiental à necessidade de repensar o tempo para construir uma *história do ser*.

A definição de história ambiental como o estudo genérico das relações sociedade-natureza abriria um campo tão inespecífico como o da ecologia humana; pois sempre existiu uma relação entre sociedade e natureza, desde que o homem é homem, intervindo e transformando a natureza para sobreviver e evoluir.

A irrupção da crise ambiental abre uma nova visão do processo histórico. Por isto, a história ambiental é um campo disciplinar que se inaugura com a construção social do conceito de ambiente. Desde então, surge um olhar retrospectivo sobre o passado e prospectivo para o futuro, em que se descobrem as betas e se desdobram as vertentes de uma história ambiental.

A história ambiental permite *ver* a complexidade ambiental na história passada, e mobiliza uma ação prospectiva para a construção de uma racionalidade ambiental; é um saber que estabelece o vínculo entre um passado eco-destruidor e um futuro sustentável. A história ambiental é uma hermenêutica epistemológica que se constrói e se faz visível a partir da definição de um conceito que abre a visão sobre o que até então era invisível, impensável.

Se, até agora, se negou o lugar da natureza nas ciências sociais,^{xiv} hoje se cai no excesso oposto, ao qualificar como ambiental a qualquer estudo que faça referência às transformações do meio, a qualquer comportamento ou prática a favor da conservação ou com efeitos destrutivos sobre a natureza, a qualquer elemento ético ou estético que, isolado da sua complexidade e atualidade, descobriria os ambientalismos ocultos na história — por exemplo, o “ambientalismo bíblico” dos preceitos éticos de respeito ao próximo, ou o “nazismo ambiental” na ecologia profunda e a ideologia racista do *blut und boden*.^{xv}

O conceito de complexidade ambiental não abre um campo generalizado de estudos, como o que gerou os métodos derivados da ecologia, a teoria de sistemas e o energetismo social. Sua aplicação retrospectiva encontra seus limites na obtenção de informações fáticas capazes de verificar hipóteses em

sentido retrospectivo sobre a complexidade ambiental de uma formação social e seu entorno ecológico — por exemplo, a revalorização da crise ambiental da civilização maia —, e de novos métodos científicos que, da paleontologia ecológica à antropologia da memória dos povos, permitam o resgate de suas racionalidades culturais e práticas de uso da natureza.

Se a história ambiental é entendida como o devir espaço-temporal em que ocorrem transformações do meio pela ação do homem (pelas racionalidades econômico-culturais de apropriação da natureza), seu campo estará definido segundo a delimitação territorial, cultural e temporal de cada estudo. Nesta perspectiva, se estabeleceria o propósito de recuperar formas sustentáveis de manejo do meio para aplicá-las a estratégias atuais de exploração e manejo da natureza.

A amplitude e generalidade do campo das relações sociedade-natureza impõe a necessidade de fazer um recorte epistemológico para estabelecer o campo próprio de uma história ambiental, incluindo um repertório de métodos para a abordagem das racionalidades econômicas, ecológicas e culturais de uso da natureza, até o resgate de saberes e práticas tradicionais das diferentes culturas com relação ao seu entorno ecológico.

A história ambiental delinea a questão das estratégias teóricas para abordar a diacronia da complexidade ambiental, e em particular as identidades e os sentidos culturais de uso da natureza, no que se abrem quatro vertentes privilegiadas para o estudo da história ambiental:

- a) A história epistemológica da complexidade ambiental;
- b) A hermenêutica das narrativas sobre as relações sociedade-natureza;
- c) A complexificação dos tempos na era da sustentabilidade;
- d) Os atores sociais, o movimento ambientalista e a abertura da história.

2. História Epistemológica e Epistemologia Política do Conceito de Ambiente

A história ambiental é a história de um conceito. O ambiente é um saber que nasce de uma ruptura epistemológica. A configuração do saber ambiental não é uma mudança de paradigma científico, no sentido de uma evolução para uma fase superior da história natural e uma reintegração dos conhecimentos dispersos (do propósito falido da unidade da ciência preconizada pelo positivismo) em uma nova totalidade. O saber ambiental é um olhar holístico, um pensamento da complexidade que emerge da desconstrução do logocentrismo e o descentramento do círculo das ciências. Esse saber encontra seu referente na construção social da complexidade ambiental: a complexificação do real, do conhecimento, da produção, da racionalidade, do tempo e das identidades.^{xvi}

A história do conceito de ambiente não é a continuação do conceito de natureza que — de Aristóteles a Marx, de Lamarck a Darwin e a Monod — redefiniria o conceito da vida no tocante a sua essência genética e a uma

ontologia naturalista que se estende e se enlaça com o mundo social. Trata-se da emergência de um conceito de ambiente que resignifica o olhar sobre as coisas e o mundo em uma ordem de complexidade inédita. Este novo olhar não é somente o salto de uma natureza primária para uma “natureza secundária”, que passa a ser sobre-determinante da primeira. O saber ambiental transcende a posição culturalista, construtivista e hermenêutica sobre os diferentes sentidos da natureza; é a construção de um conceito que enlaça o material e o simbólico, o ente e o ser, o econômico e o ecológico, o interno e o externo, o objetivo e o subjetivo, o passado e o futuro.

A emergência do saber ambiental não é uma mudança de paradigma das ciências naturais e sociais que reintegraria as partes disjuntas do conhecimento em um novo pensamento totalizador. O conceito de ambiente dá um salto fora do círculo das ciências, de suas articulações possíveis em um campo de relações de interdisciplinariedade; abre um diálogo de saberes e reflete um processo em que o real se entrelaça com o simbólico em diferentes visões, racionalidades e perspectivas históricas mobilizadas por interesses sociais diversos.

A história do conceito de ambiente não deve confundir-se com a história do conceito de natureza, que desde Schmidt^{xvii} gerou um campo de reflexões sobre as formas de compreensão, que estão associadas às formas de apropriação econômicas da natureza. Na realidade, todas as formações sociais constituem significações sobre a natureza que são “funcionais” a seus modos de produção, de maneira que suas concepções da natureza correspondem com suas formas de apropriação da natureza. Esta relação entre as visões de mundo e as formas de intervenção sobre a natureza não somente cristaliza um metabolismo entre sociedade e natureza; ao mesmo tempo forja sentidos existenciais e modos de vida, identidades coletivas e atores sociais que mobilizam a história. A história ambiental viria assim a ressarcir o esquecimento substantivo da natureza na história (a pesar do fato que a natureza sempre tenha sido referente de narrativas e produções estéticas), e em particular na concepção moderna de mundo e da produção material que *desnaturaliza a natureza*; que rompe suas inter-relações e ignora sua complexidade, convertendo-a em recurso natural.

A história do conceito de ambiente também não deve ser confundida com a história do conceito de ecologia,^{xviii} que além de compreender a história da ciência ecológica se estende para as histórias de diversos campos disciplinares: da ecológica humana, da antropologia ecológica, da economia ecológica. A história do ambiente se diferencia da história da ecologia, da história natural e da ecologia humana.

A emergência da complexidade ambiental inaugura uma nova ontologia. A constituição de novos entes híbridos conflui com a desobjetivação do mundo. A hiperrealidade induzida pelo pensamento metafísico e exacerbada pela ciência moderna, hoje gera uma ontologia não essencialista do ser. Isto implica uma visão do devir que transcende a manifestação do tempo de uma essência imutável, a remissão a uma origem em que estariam codificadas as essências que

determinam a evolução no tempo do ser e da matéria. Este antiessencialismo se manifesta na reconfiguração das identidades que renascem do silêncio da história — de seres culturais subjugado e dominados —, como uma *resiliência cultural* que hoje reafirma sua etnicidade e suas tradições ancestrais, em uma *vontade de ser*.

As identidades — que são a expressão da permanência do humano inscrito no ser e no tempo, no corpo e no meio —, se re-configuram em relação com as transformações do seu contexto econômico e político. O ser atualiza suas origens identitárias, porém ao mesmo tempo se reconstitui em um processo de afirmação da diversidade e da diferença. Este é o enigma infinito do ser que para além da conservação de uma origem e uma essência, se afirma em uma vontade de ser através de suas inter-relações com a natureza, a tecnologia e a cultura.

A emergência do conceito de ambiente é uma construção social; é um movimento no pensamento que encontra suas raízes nos significados do real, nos potenciais da natureza e nos sentidos da cultura. Desta perspectiva, o saber ambiental desconstrói o *logos* centralizador — universalizante, homogeneizante, unidimensional — do pensamento da modernidade e se confirma nos movimentos sociais ambientalistas. Se o saber ambiental se configura no espaço de externalidade das ciências, o ambientalismo é uma construção social que se diferencia do processo da globalização econômica, e que se apóia nos potenciais ecológicos nos quais se assentam as populações rurais e povos indígenas, que se constroem como uma diferença dentro do discurso e nas políticas da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável.

O movimento ambiental estabelece um diálogo entre seus conceitos teóricos e práticos que reconfiguram identidades culturais e se enraízam em territórios disciplinares. Esta nova visão da história não é somente um olhar retrospectivo das formas sociais de destruição ou de coevolução com a natureza; é também um enfoque prospectivo para a reconstrução das relações sociais em direção da sustentabilidade.

A história ambiental é a história da emergência e construção do conceito de ambiente, que inaugura a possibilidade e dá sentido próprio a uma história que leve tal nome.

3. Hermenêutica das Visões de Natureza e Recuperação de Relatos de Destruição Ecológica

O conceito de ambiente abre uma perspectiva a partir da qual é possível reinterpretar a história das relações sociedade-natureza. Neste sentido, se constrói uma via hermenêutica para desentranhar os sentidos ambientais de autores cujas idéias são afins com o ambientalismo (Mumford, Illich, Marcuse), e de outros que se posicionam como “intelectuais orgânicos” do movimento ecologista e ambientalista (o anarquismo ecológico de Murray Bookchin ou o ecologismo de Geddes na Índia). Num sentido mais amplo, a hermenêutica ambiental se vincula com as etnociências no estudo das concepções de natureza,

que desenvolveram distintas culturas em diferentes tempos históricos. Neste sentido a “história das idéias de natureza” — o compêndio das histórias das “naturezas” ideadas pelas culturas —, é parte inegável da história ambiental. A hermenêutica ambiental poderá compreender, assim, a exegese de conteúdos e sentidos “ambientais” de textos e documentos históricos; as interpretações possíveis de autores “ambientais” e precursores do ambientalismo; a análise dos diversos “conceitos de natureza”, em discursos teóricos e literários, sobre as relações ecológico-culturais.^{xix} A história ambiental abre uma via para o estudo das narrativas dos diferentes atores sociais ao longo da história, sobre suas visões das relações de dominação que sucedeu sobre diferentes formações sociais e seu entorno. Esta revisão histórica não somente permitirá desentranhar os diferentes conceitos de natureza de diferentes culturas, mas também trazer a luz os silêncios de suas histórias ocultas.

A história continua a ser narrada pelos vencedores. A história ambiental apareceria como a narrativa que emerge da natureza vencida, que agora se expressa nos saberes subjugados que não podiam expressar sua subjugação cultural e o abatimento de sua natureza. A história ambiental é, pois, a história de histórias não ditas; e não somente porque a natureza não fala e porque os pobres, os colonizados, os dominados e os vencidos foram silenciados, e sim porque a subjugação da natureza foi um processo silencioso, invisível e impensado pelos paradigmas civilizatórios que justificavam a exploração da natureza em nome do progresso e do poder.

A história ambiental se faz possível a partir da construção de um conceito e de uma teoria que abre a via para revisar percepções anteriores. Isso permite desenterrar histórias esquecidas, resgatando-as da memória popular; ou agregar valor as lembranças nas quais os instrumentos teóricos e o discurso corrente não permitem observar a dívida ecológica oculta atrás das histórias das conquistas e nas análises de intercâmbio desigual. Porém, ao mesmo tempo, permitiria reconstruir os sentidos da natureza nas cosmovisões e nas formações discursivas que orientaram as práticas de uso dos recursos no sentido da sustentabilidade.

Hoje em dia, graças aos direitos culturais e ambientais conquistados pelos povos indígenas, é possível escutar suas *recitativas* que guardam a memória da destruição do seu habitat e a apropriação de seus recursos como parte do processo de colonização que negou e ignorou suas identidades. A história ambiental se converte, assim, em uma história de muitas vozes, da diversidade de interesses e visões, das quais emergem as narrativas propiciatórias de um processo de emancipação das formas dominantes de intervenção sobre a natureza.

Esta via hermenêutica permite, assim, lançar um olhar retrospectivo sobre a história das relações sociedade-natureza buscando atualizar as evidências empíricas das forças ideológicas e identitárias que mobilizam a construção de uma racionalidade ambiental.

4. A Complexidade Ambiental nos Tempos da Sustentabilidade

O saber ambiental abre um novo campo de nexos interdisciplinares entre as ciências e um diálogo de saberes; é a hibridização entre uma ciência objetivadora e um saber que condensa os sentidos que foram forjados no ser através do tempo. A complexidade ambiental reabre a reflexão sobre o tempo do real — a flecha do tempo (Prigogine) e no ser (Heidegger). É neste sentido que o saber ambiental é entrecruzamento de tempos: dos tempos cósmicos, físicos e biológicos; dos tempos que cristalizaram as concepções de mundo, as teorias da história e as cosmovisões das diversas culturas.

A ciência moderna não somente negou o tempo da matéria; mas também o da história. Hoje, o tempo se manifesta na irreversibilidade dos processos afastados do equilíbrio e do tempo que se aninhou no ser cultural que renasce do jugo da dominação e da opressão, expressando-se através do silêncio, que foi o grito expressivo de uma violência que paralisou a fala dos povos. Hoje, os movimentos de emancipação dos povos índios e das nações étnicas estão descongelando a história; suas águas fertilizam novos campos do ser e fluem para oceanos cujas marés abrem novos horizontes do tempo.

Hoje, a história está sendo refeita no limite dos tempos modernos; na reemergência de velhas histórias e da emancipação dos sentidos reprimidos por uma história de conquista, de subjugação e holocausto. Estas histórias ancestrais, que em seu silêncio parecia haver perdido sua memória, despertam uma atualidade que ressignifica suas tradições e suas identidades, abrindo novos caminhos no fluxo da história.

A complexidade ambiental articula os tempos cósmicos e planetários com os processos globais a partir da diversidade de racionalidades ambientais e culturais locais. A sustentabilidade se projeta a partir dos processos entrópicos que geram o devir do universo, a partir do processo negentrópico que dá a singularidade ao planeta Terra, de onde emerge a vida que alimenta a evolução biológica e sua produtividade ecológica. O tempo da sustentabilidade emerge das formas atuais de dominação e exploração da natureza que estão conduzindo para uma precipitada morte entrópica do planeta. A pergunta pela sustentabilidade questiona sobre o sentido da existência, das diferentes significações culturais e dos diversos potenciais ecológicos imersos nas estratégias de poder para re-apropriação da natureza.

A atualidade é entrecruzamento de tempos, a partir da explosão de tradições congeladas e bloqueadas pelos tempos de dominação e repressão históricas, para o entrelaçamento das diversas racionalidades que constituíram as formas humanas de relação com a natureza. Os tempos da sustentabilidade sobrevivem nos tempos que resistem e enfrentam a aceleração do tempo da degradação entrópica e a racionalidade econômica. A complexidade ambiental anuncia a emergência de novos tempos que se gestão pela reflexão do saber e do

conhecimento sobre as coisas: a tecnologização da vida; a mercantilização da natureza.

Hoje, a história está se refazendo no limite dos tempos modernos; na reemergência de velhas histórias e na emancipação de sentidos reprimidos por histórias de conquistas e dominação. Estas histórias ancestrais que pareciam haver perdido sua memória, despertam uma atualidade que resignifica suas tradições e suas identidades, abrindo novos caminhos no fluxo da história. Como afirma Heidegger,

Esta quietude do acontecer que não é ausência da história, e sim uma forma básica de sua presença. O mero passado não esgota o que foi. Este está presente, todavia, e sua forma de ser é uma quietude peculiar do acontecer, cuja forma se determina a partir daquilo que acontece.^{xx}

Hoje, esta quietude está descongelando a história. Não é tão somente o entrecruzamento dos tempos objetivados da história, das historicidades diferenciadas do real, do encontro sinérgico dos processos que levaram a catástrofe ecológica. Trata-se da emergência de novos tempos, de uma mutação histórica a partir da qual se articula a trans-gêneses da vida e da mercantilização da natureza; a hibridização do real, em que confluem a biologia, a tecnologia e a ordem simbólica; a atualização de tempos vividos e a criação de novos mundos de vida.

Estes encontros de mundos que confluem na complexidade ambiental são algo novo e muito diferente da visão evolutiva, cibernética e transcendental de devir histórico. O homem, em sua vontade de conhecer e apropriar-se do mundo, mudou as leis do real — suas ontologias e epistemologias — desviando sua trajetória, gerando novos sentidos e formas do ser no mundo. É isto o que se anuncia no início do novo milênio, mais que o aceleração dos ritmos de rotação do planeta sobre seus velhos e corroídos eixos metafísicos, tecnológicos e econômicos.

A sustentabilidade aponta para uma solidariedade transgeracional e um compromisso com as gerações futuras. Esse futuro é uma exigência de sobrevivência e um instinto de conservação. Porém, a sustentabilidade não está garantida pela valorização econômica que pode atribuir-se à natureza, nesse horizonte de temporalidade restringida que é traduzível em taxas de desconto econômico. A sustentabilidade não será o resultado de internalizar uma racionalidade ecológica nas engrenagens dos ciclos econômicos.

A sustentabilidade surge do limite de um mundo levado pela busca da unidade da diversidade submetida ao jugo da idéia absoluta, da racionalidade tecnológica e da globalização do mercado. É a quebra de um projeto que quis submeter a diversidade à uniformização forçada do real (da religião monoteísta da unidade da ciência, ao pensamento unidimensional e ao mercado globalizado). É um projeto emancipatório que busca liberar os potenciais da diversidade biológica e cultural. É o desencadeamento da subjetividade em que

toma a palavra o ser silenciado pela subjetivação de um mundo dominado pelos imperativos da uma racionalidade econômica e instrumental.

A sustentabilidade enraíza-se no ser e no tempo; em tempos que, aninhados na cultura, transcendem o cerco da hegemonia homogeneizante para dar vazão para a heterogeneidade e a diversidade. É a reabertura dos sentidos da história e a existência, a partir da qual se encontram os tempos da história e se decantam em identidades híbridas, em que se enlaçam a história natural, a tecnologia e a ordem simbólica; espaço em que se articulam as ciências transformadas por um saber ambiental; crisol onde se fundem os tempos passados, unitários e mensuráveis, e de onde irradia um futuro projetado para a diferença, mobilizado pela outridade e seduzido pelo infinito. Esta transcendência não é um projeto e nem um desenvolvimento da realidade existente, e sim a criação de algo novo a partir da reemergência de identidades que conservaram as marcas de suas diversas histórias, para enraizar-se em um território em que se sustentam novos sentidos civilizatórios.

A sustentabilidade anuncia deste modo, o nascimento do que ainda não é, a partir do potencial do real, a gestão do possível e a forja da utopia. A sustentabilidade encontra sua razão e sua motivação, não nas leis objetivas da natureza e do mercado, e sim no pensamento e no saber; em identidades e sentidos que mobilizam a reconstrução do mundo. O trânsito para a democracia e a sustentabilidade implica uma nova concepção e novas formas de apropriação da natureza; então se definem novos sentidos existenciais para cada indivíduo e cada comunidade, traçando novas linhas de força que atravessam as relações de poder nas quais se forjam novos projetos históricos e culturais. A crise ambiental anuncia uma mutação histórica na criação de novos sentidos para a reconstrução do mundo, a partir da crise ambiental da modernidade. A partir dos limites da razão insustentável, a história se abre para uma resignificação do ser, para uma diversidade de modos de vida e racionalidades produtivas fundadas nas potencialidades da natureza, nos significados da cultura e nos sentidos do tempo.

5. Os atores da História Ambiental: O Movimento Ambientalista

A recente história ambiental está lavrando o terreno para reconstrução de identidades e a formação de atores políticos no quadro da globalização econômico-ecológica e nos tempos da sustentabilidade. Estes movimentos sociais vão incorporando na cultura dos povos e enraizando em seus territórios novas formas de ser que, para além de expressar a condição existencial do homem, constroem novos direitos, reconfiguram novas identidades e geram novos sentidos civilizatórios, abrindo os horizontes da história. Neste sentido, emerge, hoje em dia, um movimento social ambientalista em prol da reapropriação da natureza e da cultura. Exemplo disto são os *seringueiros* na Amazônia^{xxi} e as comunidades negras da costa Pacífica da Colômbia.^{xxii}

A configuração das identidades culturais, na transição da modernidade para a pós-modernidade da nova ordem da globalização econômica-ecológica,

adquire novos traços, diferentes dos que caracterizaram anteriormente os processos de coevolução das culturas com a natureza, e que constituirão os diversos estilos étnicos de significação e apropriação da natureza. Os movimentos ambientalistas das etnias reconstituem suas identidades em sua resistência à globalização do mercado, à homogeneização do mundo e à sobreexploração da natureza; suas lutas pela sobrevivência e pela democracia, reivindicam, ao mesmo tempo, novos direitos culturais e territoriais. As identidades de diferentes grupos humanos estão se reconfigurando dentro de estratégias de poder pela afirmação do ser cultural.

Nestas histórias ambientais, os povos indígenas e as comunidades rurais estão resignificando *sua* natureza e definindo novas formas de produção; vão geo-grafando o território, construindo seu hábitat como expressão dos seus *habitus*, de suas práticas, usos e costumes. Um caso paradigmático é o dos *seringueiros* da Amazônia brasileira; estes seringueiros que foram estabelecidos no estado do Acre desde os finais do século XIX com a febre da borracha no mercado mundial, através de lutas sociais pela defesa de seus direitos de trabalho e suas condições de vida. Populações provenientes de diferentes lugares foram se assentando nestas terras, onde iniciaram a definir uma nova identidade e uma nova territorialidade. Assim, vão estabelecendo novas relações de parentesco, relações sociais e relações técnicas de produção. Esta população, que retira seu nome da seringa — o látex da *Hevea brasiliensis* — vem configurando uma identidade própria em suas lutas com o mercado e com as estruturas locais de poder, recriando uma nova relação com a natureza que habitam. Desta maneira geraram e defenderam suas reservas extrativistas, definindo novas estratégias de usos múltiplos dos seus potenciais ecológicos. A partir desta identidade recriada, os *seringueiros* se projetam para um futuro enraizado em seu território, através de uma luta por seu ambiente. Essa história ambiental é a história do *ser seringueiros*.

A história ambiental passa, assim, da coevolução entre a natureza e cultura — da confluência de processos culturais, demográficos, ecológicos, econômicos —, para um campo em que se confrontam estratégias diferenciadas de apropriação da natureza e se reafirmam identidades na reconfiguração da ordem geo-política-econômica mundial.

Num contexto similar, as comunidades negras da costa do Pacífico da Colômbia, inserindo-se dentro do contexto da globalização ecológica e dos programas de preservação da biodiversidade promovida pelos organismos internacionais no marco da Agenda 21, iniciaram desde 1992 um movimento que, para além do propósito conservacionista e da participação social, defendeu a reivindicação de suas identidades como população negra e pela apropriação de sua natureza.^{xxiii}

Esta vertente da história ambiental, que emana das identidades de atores sociais, na subjetividade dos seus mundos de vida, geram uma série de demandas metodológicas. Estas não somente se referem a uma reconstrução

histórica que estabeleça o acento nas inter-relações natureza-sociedade (demandas do mercado, oferta ecológica, fluxos migratórios, estruturas de poder, movimentos sociais, direitos de apropriação da natureza, etc.); também reclama novos métodos para a abordagem da subjetividade das etnias e a reconfiguração de suas identidades; de suas relações intersubjetivas e o diálogo intercultural de saberes; de abordagens para investigar a memória histórica, a tradição oral e os sentidos existenciais dos sujeitos sociais. Desta maneira, será possível compreender os processos mediante os quais se atualizam as identidades que encadeiam, ao longo da história das formas de ser no mundo; identidades que se inscrevem na natureza e que escrevem suas histórias.

A história ambiental não somente olha a sucessão dos modos de produção, estruturas sociais e racionalidades culturais que sucedem no tempo, e sim a dialética destas estruturas com suas *produções*, que se incorporam nos sujeitos e na história, que enraízam formas de ser, que geram concepções de mundo que, por um lado, se legitimam e institucionalizam, e por outro, se introjetam como normas morais, formas de ser, de pensar, de atuar. É o jogo de relações entre estruturas sociais, modos de vida e identidades, entre racionalidades e formas de ser; é o encontro de culturas diversas em um mundo globalizado.

6. Para a Construção Social da História Ambiental da América Latina

Hoje, a consciência ambiental abre um olhar para reconhecer e recuperar o passado. Um passado de esquecimentos e subjugação, como o dos povos dizimados e subjugados, ao mesmo tempo em que se processa a destruição da natureza. E com isto se promove uma investigação metodológica e epistemológica para interrogar esse passado silenciado, no qual, hoje em dia, os povos recuperam a fala para recordar suas histórias de subjugação e a natureza grita através das fendas que marcaram a face da terra ressecada e erodida. Assim, a história ambiental recupera o relato das histórias diferenciadas de processos de destruição ecológica, gerados por regimes de exploração da natureza em diferentes contextos geográficos e culturais, assim como dos conflitos sociais que acompanharam estes processos de apropriação.

A história ambiental não é uma simples hermenêutica, uma reinterpretção da história contra a versão dos vencedores. Ela abre diversas vias de investigação, que traçam diferentes caminhos metodológicos de reconstrução, a partir dos quais, podemos distinguir as seguintes vertentes: Uma historiografia recente sobre os impactos ecológicos dos processos e práticas dominantes de extração e uso da natureza, tanto em contexto urbano como no rural, associados a diferentes recursos e ramos de produção (petróleo, mineração, agricultura, pecuária, etc.).

A recuperação de textos históricos ou econômicos, em que se relata a destruição ecológica (Josué de Castro).

Uma historiografia da destruição ecológica centrada nas relações de dominação cultural e exploração do trabalho. Esta cobriria das transformações ecológicas induzidas através das formas de conquista, colonização e subjugação das culturas pré-colombiana com as conseqüentes mudanças culturais, de uso do solo, da exploração agrícola e da mineração, voltadas para os centros imperiais e coloniais, até formas introduzidas de exploração do trabalho, como o escravismo, e seus efeitos destrutivos da natureza.^{xxiv}

A recuperação de textos e documento dos proto-historiadores ambientais da América Latina, que poderia remontar-se ao legado de autores como Bernal Díaz de Castillo, até os testemunhos de outros autores de época, como Bonifácio e Joaquim Nabuco, no Brasil escravista dos séculos 18 e 19, como nos oferece o historiador ambiental José Augusto Pádua.^{xxv}

As histórias de relatos populares e histórias culturais. Isto implica num método de recuperação de relatos culturais e de formas de indagação de tempos fenomenológicos e existenciais, assim como de movimentos sociais de construção de naturezas.^{xxvi}

A história do pensamento ambiental, da construção de uma racionalidade ambiental, de um conceito de ambiente que permite um novo olhar complexo e articulado da construção e destruição histórica da natureza e do ambiente como articulação sociedade-natureza.

A formação da história ambiental na América Latina, o que não implica somente caracterizar as racionalidades e as estratégias de poder para a construção de um futuro sustentável, e sim, sobre tudo, indagar a respeito da natureza do tempo — dos tempos históricos e do tempo da sustentabilidade —, para discernir o campo de possibilidades e orientar ações no sentido de uma reapropriação da história pelos atores sociais que constroem um futuro sustentável.

A história ambiental não é somente uma forma de olhar renovada para o passado, e sim uma visão que projeta a realização de utopias, daí que a hermenêutica ecologista, a reinvenção das identidades e o pensamento estratégico abram os caminhos da construção de um futuro sustentável.

A história ambiental, além de descobrir e reviver os processos de destruição da natureza, ocasionados por diferentes racionalidades culturais e produtivas, também recupera uma visão das condições naturais que configuraram certas formas de organização cultural — seus mitos, rituais e práticas produtivas —, buscando uma fusão do material e do simbólico, que pretende transcender tanto a naturalização da história como as histórias desnaturalizadas que constituíram a enciclopédia dos relatos históricos. Isto implica, por sua vez, superar esse olhar retrospectivo, tanto de corte biológico como etnológico, incluindo uma certa antropologia filosófica que nos legou uma história genérica da coevolução da natureza e da cultura, desde o processo de humanização, até a atual tecnologização e economização do homem na concepção evolucionista da história (Leroi Gourhan).

A história ambiental se abre não somente à reconstrução do passado para olhar as relações sociedade-natureza, e sim a uma problematização do tempo, para pensar diferentes ordens de temporalidades e suas imbricações no curso da história. Nesta via, que questiona a constituição de diferentes temporalidades, que supera a categoria racionalista e apriorística (especialmente unidimensional) do tempo (Kant), Castells reconhece três ordens de temporalidade: um “tempo cronológico” marcado por medidas externas, institucionalizadas; o “tempo intemporal”, da sociedade informacional que interfere gerando uma descontinuidade da ocorrência seqüencial dos fenômenos; e o “tempo glacial”, em que a relação homem-natureza adquire uma dimensão evolutiva, na qual se conjugam os tempos passados em relação com um futuro indeterminado, “em um fluxo contínuo que desemboca nos oceanos ilimitados da matéria viva multiforme”.^{xxvii}

A história ambiental não é, também, somente uma nova periodização da história, desta vez complexificada pelas relações sociedade-natureza, pelo encontro e hibridização da história natural com a história humana. A história ambiental é hermenêutica e olhar retrospectivo a partir da complexidade ambiental; porém, ao mesmo tempo, é uma história que prepara a construção de um futuro. É um olhar ativo e prospectivo, que toma o fio da história a partir deste ponto, em que a história mesma desemboca e se precipita na complexidade ambiental que gera. E isto abre, sobre tudo, a pergunta sobre o ser e o tempo, não somente na perspectiva da ontologia existencialista heideggeriana, e sim no encontro e complexificação dos tempos de processos reais e culturais diferenciados.

A sustentabilidade redelineia a pergunta pelo ser e o tempo a partir do questionamento sobre a racionalidade econômica, sobre a ontologia e a epistemologia que fundam uma compreensão do mundo que derivou nas formas de dominação da natureza, na unidimensionalidade e no enquadramento dos tempos em ordem cronológica dos acontecimentos. Pois o pensamento ocidental se obcecou pela busca das essências das coisas e da imutabilidade do tempo,^{xxviii} o que levou a Prigogine a afirmar que o “ideal clássico de ciência (foi) o de um mundo sem tempo, sem memória e sem história”.^{xxix}

A complexidade ambiental configura novas temporalidades e identidades, das quais depende a transição para um futuro sustentável. No crisol da sustentabilidade se confrontam os tempos da degradação entrópica, os ciclos da natureza e as crises econômicas, a inovação tecnológica e as mudanças institucionais, com a construção de novos paradigmas de conhecimento, comportamentos sociais e racionalidades produtivas.

A partir da complexidade ambiental se vai desvelando o mistério do tempo e da reconstituição do ser; rompe a linearidade do tempo e da objetivação dos fatos para desentranhar as complexidades das ações históricas, as causalidades múltiplas que geraram as realidades atuais, porém, também, os potenciais e as utopias que abrem a história para um campo de possibilidades

que, dentro da incerteza e invisibilidade do inédito, encarnam os caminhos do porvir da história. A história ambiental abre o panorama do olhar para o encontro e hibridização de processos diferenciados (naturais e sociais) que se vão entrelaçando, delimitando e potenciando, por sua vez, um devir que, para além das suas origens míticas, suas determinações ontológicas, suas tendências fáticas e suas resistências institucionais, abre a história para a construção de uma racionalidade ambiental e de um futuro sustentável.

Isto implica em superar a constituição de uma história ambiental como paradigma interdisciplinar para dar seu lugar a um saber ambiental, integrado pelos saberes dos atores históricos que estão construindo, dentro das estratégias de poder postas em jogo pelo discurso e pelas políticas do desenvolvimento sustentável, o projeto cidadão de construir sociedades sustentáveis.

Referências:

- BERMÚDEZ, O. M. Visiones del Medio Ambiente a Través de Tres Etnias Colombianas. Bogotá: UN/IDEA/CINDEC, 1996.
- BOLAÑOS, F. Los Efectos de la Dominación Imperialista: el Medio Ambiente. “ponencia presentada en el”: IV Encuentro de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe, Habana: 1983. mimeo.
- BOOKCHIN, M. The Philosophy of Social Ecology. Essays on Dialectical Naturalism, Montreal: Black Rose Books, 1990.
- CASTRO HERRERA, G. Naturaleza y Sociedad en la Historia de América Latina, Panamá: CELA, 1996.
- CROSBY, A.W. Ecological Imperialism. USA: Cambridge University Press, 1986.
- DELEAGE, J. P. Histoire de l'Écologie. Paris: La Découverte, 1991.
- DE MOURA CARVALHO, I. A Invenção Ecológica, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- DE OLIVEIRA CUHNA, L.H. Movimentos, tempo e natureza: o singular e o universal. Margem, São Paulo, n. 15, p. 121-133, 2002.
- ESCOBAR, A. After Nature. Steps to an antiessentialist political ecology. Current Anthropology, v. 40, n. 1. 1999.
- ESCOBAR, A.; PEDROZA, A. Pacífico; Desarrollo o Biodiversidad? Estado Capital y Movimientos Sociales en el Pacífico Colombiano, Bogotá: CEREC, 1996.
- GADGIL, M.; GUHA R. This Fissured Land. An Ecological History of India. Delhi: Oxford University Press, 1992.
- GADGIL, M.; GUHA R. Ecology and Equity. The Use and Abuse of Nature in Contemporary India. London and New York: Routledge, 1995.
- GALEANO, E. Las Venas Abiertas de América Latina. México: Siglo XXI, 1993.

- GALLINI, S. Invitación a la Historia Ambiental. 2003. mimeo.
- GLIGO, N.; MORELLO, J. Notas sobre la Historia Ecológica de la América Latina. In: O. SÚNKEL, O.; GLIGO, N. Estilos de Desarrollo y Medio Ambiente en la América Latina. México: FCE, 1980.
- GONÇALVES, C. W. P. Geo-grafías, Movimientos Sociales, Territorialidad y Sustentabilidad. México: Siglo XXI, 2001.
- HARAWAY, D. Simians, Cyborgs and Women. The Reinvention of Nature. New York: Routledge, 1991.
- HECKADON MORENO, S.; MCKAY A. Colonización y Destrucción de Bosques en Panamá. Panamá: Asociación Panameña de Antropología, 1984.
- HEIDEGGER, M. El Ser y el Tiempo. México: FCE, 1927/1951.
- HEIDEGGER, M. La Pregunta por la Cosa, Buenos Aires: Editorial Alfa, 1975.
- LAZOS, E.; PARÉ L. Miradas Indígenas sobre una Naturaleza "Enrriquecida": Percepciones del Deterioro Ambiental entre Nahuas del Sur de Veracruz, Plaza y Valdés. México: IIS-UNAM, 2000.
- LEFF, E. "Ambiente y Articulación de Ciencias", en Los Problemas del Conocimiento y la Perspectiva Ambiental del Desarrollo. México: Siglo XXI Editores, 1986/2000.
- LEFF, E. Saber Ambiental. Sustentabilidad, Racionalidad, Complejidad, Poder. México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA, 1998.
- LEFF, E. Pensar la Complejidad Ambiental. In: _____. Complejidad Ambiental. México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA, 2000.
- LEFF, E.; CARABIAS, J. Cultura y Manejo Sustentable e los Recursos Naturales. México: M.A. Porrúa/CIICH-UNAM, 1993.
- LÉVINAS, E. Totalidad e Infinito. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1997.
- MORIN, E. Introducción al Pensamiento de la Complejidad. Barcelona: GEDISA, 1993.
- MURRA, J. V. Formaciones Económicas y Políticas del Mundo Andino. Perú: IEP, 1975.
- PÁDUA, J. A. Um Sopro de Destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PÁDUA, J. A. Slavery as a Cause of Environmental Destruction: The Evolution of a Brazilian Intellectual Debate 1786-1888. 2003. Mimeo.
- PALACIO, G.; ULLOA A. (Eds.) Repensando la naturaleza. Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental. Colombia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónicos de Investigaciones Imani, ICAH, Conciencias, 2002.
- PALERM, A.; WOLF E. Agricultura y Civilización en Mesoamérica. México: SepSetentas, 1972.
- PRIGOGINE, I. El Fin de las Certidumbres. Madrid: Taurus, 1997.
- ROSENZVAIG, E. La Desaparición de los Hombres del Agua. Tucumán: 2000. mimeo.

SANTOJA, M.; VARGAS I. Antiguas Formaciones y Modos de Producción Venezolanos. Caracas: Ed. Monte Ávila, 1974.

SCHMIDT, A. El Concepto de Naturaleza en Marx, México: Siglo XXI Editores, 1976.

TOLEDO, V.; A. ARGÜETA A. Naturaleza, Producción y Cultura en una Región Indígena de México: las Lecciones de Patzcuaro. In: LEFF, E.; CARABIAS, J. Cultura y Manejo Sustentable e los Recursos Naturales. México: M.A. Porrúa/CIICH-UNAM, 1993.

VITALE, L. Hacia una Historia del Ambiente en América Latina México: Nueva Sociedad/Editorial Nueva Imagen, 1983.

Notas

- ¹ VITALE, L. Hacia una Historia del Ambiente en América Latina. México: Nueva Sociedad/Editorial Nueva Imagen, 1983.
- ² PALERM, A.; WOLF, E. Agricultura y Civilización en Mesoamérica. México: SepSesentas, 1972.
- ³ MURRA, J. V. Formaciones Económicas y Políticas del Mundo Andino. Perú: IEP, 1975.
- ⁴ SONOJA; VARGAS, 1975
- ⁵ GLIGO, N.; MORELLO, J. Notas sobre la Historia Ecológica de la América Latina. In: O. SÜNKEL, O.; GLIGO, N. Estilos de Desarrollo y Medio Ambiente en la América Latina. México: FCE, 1980.
- ⁶ PÁDUA, J. A. Um Sopro de Destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escrivista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. PÁDUA, J. A. Slavery as a Cause of Environmental Destruction: The Evolution of a Brazilian Intellectual Debate 1786-1888. 2003. Mimeo.
- ⁷ CASTRO HERRERA, G. Naturaleza y Sociedad en la Historia de América Latina, Panamá: CELA, 1996. PALACIO, G.; ULLOA A. (Eds.) Repensando la naturaleza. Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental. Colombia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónicos de Investigaciones Imani, ICAH, Conciencias, 2002.
- ⁸ GALLINI, S. Invitación a la Historia Ambiental. 2003. mimeo.
- ⁹ CROSBY, A. W. Ecological Imperialism. USA: Cambridge University Press, 1986.
- ¹⁰ GALEANO, E. Las Venas Abiertas de América Latina. México: Siglo XXI, 1993.
- ¹¹ HECKADON MORENO, S.; MCKAY A. Colonización y Destrucción de Bosques en Panamá. Panamá: Asociación Panameña de Antropología, 1982/1984.
- ¹² GADGIL, M.; GUHA R. This Fissured Land. An Ecological History of India. Delhi: Oxford University Press, 1992. GADGIL, M.; GUHA R. Ecology and Equity: The Use and Abuse of Nature in Contemporary India. London and New York: Routledge, 1995.
- ¹³ ROSENZVAIG, E. La Desaparición de los Hombrres del Agua. Tucumán: 2000. mimeo.
- ¹⁴ TOLEDO, V.; A. ARGÜETA A. Naturaleza, Producción y Cultura en una Región Indígena de México: las Lecciones de Patzcuaro. In: LEFF, E.; CARABIAS, J. Cultura y Manejo Sustentable e los Recursos Naturales. México: M.A. Porrúa/CIICH-UNAM, 1993. LAZOS, E.; PARÉ L. Miradas Indígenas sobre una Naturaleza "Enriscada": Percepciones del Deterioro Ambiental entre Nahuas del Sur de Veracruz, Plaza y Valdes. México: IIS-UNAM, 2000.
- ¹⁵ BERMÚDEZ, O. M. Visiones del Medio Ambiente a Través de Tres Etnias Colombianas. Bogotá: UNIDEA/CINDEC, 1996.
- ¹⁶ LEFF *et al.*, 1994
- ¹⁷ CARRIZOSA, 2001

- LEFF, E. Pensar la Complejidad Ambiental. In: ———. Complejidad Ambiental. México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA, 2000.
- SCHMIDT, A. El Concepto de Naturalaleza en Marx, México: Siglo XXI, 1976.
- DELEAGE, J. P. Histoire de l'Écologie. Paris: La Découverte, 1991.
- DE MOURA CARVALHO, I. A Invenção Ecológica. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- HEIDEGGER, M. La Pregunta por la Cosa. Buenos Aires: Alfa, 1975. p. 44-45.
- GONÇALVES, C. W. P. Geo-grafias, Movimientos Sociales, Territorialidad y Sustentabilidad. México: Siglo XXI, 2001.
- ESCOBAR, A.; PEDROZA, A. Pacífico; Desarrollo o Biodiversidad? Estado Capital y Movimientos Sociales en el Pacífico Colombiano, Bogotá: CEREC, 1996.
- Ibid.
- PÁDUA, op. cit., 2003.
- PÁDUA, op. cit., 2002.
- DE OLIVEIRA CUNHA, L.H. Movimentos, tempo e natureza: o singular e o universal. Margem, São Paulo, n. 15, p. 121-133, 2002. ESCOBAR, A. Alter Nature. Steps to an antissententialist political ecology. Current Anthropology, v. 40, n. 1, 1999.
- CUNHA, 2002. p. 126
- LEFF, 2000. p. 16
- PRIGOGINE, I. El Fin de las Certidumbres. Madrid: Taurus, 1997.